

RELATÓRIO E CONTAS

Nota Introdutória

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação o Relatório e Contas relativo ao exercício de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015, da entidade Centro Social de Vila Maior, com sede na Rua do Centro Social, n.º 6, 3660-707 Vila Maior.

É uma Instituição de Particular de Solidariedade Social que tem por objectivo as seguintes actividades:

- a) Promoção social;
- b) Promoção desportiva, cultural e recreativa.

O seu âmbito de ação abrange toda a freguesia de Vila Maior e freguesias limítrofes, no concelho de S. Pedro do Sul.

O presente relatório expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2015.

Este contém uma exposição fiel e clara da evolução, do desempenho e da posição financeira da Instituição,

Apresentação da Instituição

Denominação Social: Centro Social de Vila Maior

Sede: Rua do Centro Social, n.º 6

3660-707 Vila Major

Contribuinte: 502 604 115

Constituição: 24 de Abril de 1991

Atividade Principal: Promoção Social

Atividade Secundária: Promoção desportiva, cultural e recreativa

Contatos:

Telefone: 232 724 351

Fax: 232 724 351

E-mail: geral@centrosocialvm.pt

Corpos Gerentes

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Pedro Miguel Mouro Lourenço

Primeiro Secretário: Ângela Daniela Jesus Pinto

Segundo Secretário: Benilde Oliveira Caloba

Direção

Presidente: Manuel Mouro Pinto

Secretário: Victor Jorge Paiva Leal

Tesoureiro: Guilherme Rodrigues Figueiredo

Suplentes: Álvaro Almeida Cardoso / Adão Correia Claudino / Eduardo Sousa

Conselho Fiscal

Presidente: Henrique Rodrigues Figueiredo Fonseca

Vogais: Inácio Pinto Sousa / Henrique Fonseca Caloba

Suplentes: Arlindo Moreira de Almeida / Miguel Metelo Paiva / Luís Filipe Rocha Figueiredo

Enquadramento

A Economia Social é uma realidade que se tem vindo a afirmar com crescente importância económica e social na nossa sociedade, começando a assumir-se como um modelo de desenvolvimento económico mais transparente e promotor da criação de emprego, pautado por uma ética na gestão e na comunicação de modo a privilegiar o desenvolvimento sustentável como um todo.

Esta realidade é bastante abrangente, incluindo organizações das mais variadas formas jurídicas, sendo uma delas as IPSS, as grandes representantes da Economia Social, que não possuem fins lucrativos. São organizações privadas, constituídas de acordo com a lei Portuguesa, com o objetivo de materializar de forma organizada os deveres morais de solidariedade e justiça, tendo como objetivos prestar apoio a crianças, jovens e famílias, idosos, pobres, doentes e outros grupos desfavorecidos da população.

As IPSS procedem ao registo no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, beneficiando do estatuto de "utilidade pública" que confere benefícios (isenções fiscais, taxas reduzidas em alguns serviços públicos e a possibilidade de entrar em acordos de cooperação com o governo com o propósito de ser subsidiado). Além dos benefícios, são conferidas obrigações como a divulgação dos dados financeiros, a cooperação com a administração pública e o seguimento de regras específicas elaboradas pelo Ministério do Trabalho.

Assim, estas empresas, além de possuírem obrigações legais, são chamadas cada vez mais a contribuir para a satisfação das necessidades dos seus clientes, gerindo simultaneamente as expetativas dos trabalhadores, dos fornecedores e da comunidade local. Trata-se de contribuir, de forma positiva, para a sociedade o que poderá proporcionar vantagens diretas para o negócio e assegurar a competitividade a longo prazo. No entanto, a excessiva dependência financeira do Estado por parte deste tipo de instituições, levanta questões graves, como a falta de autonomia e até a sustentabilidade das mesmas.

Dentro do âmbito de ação destas empresas, a que mais nos interessa é a dos Idosos e tem-se vindo a constatar que o número de pessoas idosas com limitações na sua vida diária é, hoje em dia, muito significativo. Estima-se que cerca de um terço dos idosos com 65 ou mais anos precisam de ajuda para realizar as suas atividades de vida diária e calcula-se que existam cerca de 600.000 idosos em todo o país, com algum nível de dependência.

Atualmente é fundamental a promoção da saúde e os cuidados de prevenção aos idosos, pois estas ações vão possibilitar melhorar a saúde, a qualidade de vida e aumentar a longevidade sem incapacidade dos mesmos, contribuindo para uma gestão mais racional dos recursos de saúde, humanos, económicos e sociais.

Face à realidade do envelhecimento, as sociedades vão tentando encontrar formas de gerir estas alterações demográficas, criando redes de suporte formais e informais de apoio aos idosos. A rede de suporte formal é composta de organismos de ajuda governamentais e é constituída por várias instituições (centros de dia, hospitais de dia, lares, centros de convívio, e a rede de suporte informal, ou também chamada rede natural de ajuda, é constituída pelo companheiro, parentes, filhos, amigos e vizinhos).

Atividade

O Centro Social de Vila Maior não está à parte da realidade que o circunda e o grande desafio reside na gestão diária, de modo a que se consigam criar algumas reservas para a concretização de projetos que tenham em vista a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos nossos utentes, no sentido de que os seus utentes possam ter uma melhor qualidade de vida e cuidados de saúde adequados ao seu estado clínico.

Apesar das dificuldades e conjuntura em que se tem vivido nos últimos anos, esta entidade tem sobrevivido e crescendo, apesar dos escassos recursos, os quais são: subsídio da Segurança Social, mensalidades dos utentes, quotas dos associados e donativos.

O Centro Social de Vila Maior desenvolve quatro respostas sociais, apoiando um total de 110 utentes, distribuídos da seguinte forma:

Resposta Social	31 Dezembro de 2015	31 Dezembro de 2014
Estrutura Residencial para Idosos	46	35
Centro de Dia	10	14
Centro de Noite	10	12
Serviço de Apoio Domiciliário	44	47

Durante o corrente ano, esta entidade conseguiu obter junto da Segurança Social autorização para readaptar alguns espaços e transformá-los em quartos, conseguindo desta forma obter mais 10 camas, passando a capacidade da ERPI de 36 para 46 utentes.

Tendo em vista uma melhor reorganização dos serviços, durante este ano, foi subdividida a coordenação/direção técnica das respostas sociais da Instituição, da seguinte forma Centro de Dia e ERPI com uma coordenação/direção técnica e Centro de Noite e Serviço de Apoio Domiciliário com outra coordenação/direção técnica.

Outros dados da atividade:

	2013	2014	2015
Evolução Recursos Humanos	40	38	42
Quotas	408,00€	1.546,00 €	1.380,00 €
Vendas e Prestações Serviços	236.042,32 €	370.243,37 €	398.105,91 €

Numa instituição como a nossa, as diversas atividades não acontecem ao acaso, estão integradas num contexto, convergindo para o mesmo fim.

A instituição desenvolve a sua atividade com o apoio de uma equipa de profissionais que procuram cada vez mais dar o seu melhor em prol dos utentes.

Algumas das atividades desenvolvidas ao longo do ano:





























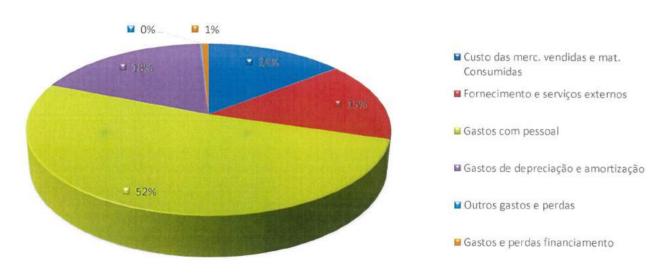


Situação Financeira

Os Gastos globais em 2015 totalizaram 863.258,69€, representando um aumento de 21.424,24€ em relação a 2014, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Estrutura de Gas	stos 2015/2014	THE PROPERTY.	
Descrição	2015	2014	Diferença
Custo das merc. vendidas e mat. consumidas	124.640,74€	109.399,94€	15.240,80€
Fornecimento e serviços externos	129.843,91€	110.508,94€	19.334,97€
Gastos com pessoal	444.501,66€	403.102,11€	41.399,55€
Gastos de depreciação e amortização	156.722,00€	202.843,49€	46.121,49€
Outros gastos e perdas	1.186,72€	5.071,47€	3.884,75€
Gastos e perdas financiamento	6.363,66€	10.908,50€	4.544,84€
Total Gastos	863.258,69€	841.834,75€	21.424,24€

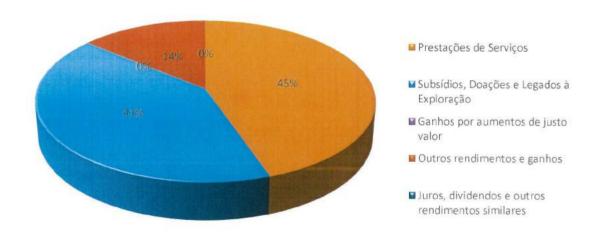
Estrutura Gastos 2015



Os Rendimentos globais em 2015 totalizaram 893.874,57€, representando um aumento de 62.996,74€ em relação a 2014, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Estrutura de Rendime	entos 2015/2014		
Descrição	2015	2014	Diferença
Prestações de Serviços	399.485,91€	363.870,93€	35.614,98€
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	369.297,32€	412.054,74€	42.757,42€
Ganhos por aumentos de justo valor	0,05€	0,00€	0,05€
Outros rendimentos e ganhos	124.959,81€	54.727,05€	70.232,76€
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	131,48€	225,11€	93,63€
Total Rendimentos	893.874,57€	830.877,83€	62.996,74€

Estrutura Rendimentos



Perspetivas Futuras

Em 2016, procuraremos:

- Solidificar a política de Recursos Humanos iniciada durante o corrente ano;
- Apostar na certificação da instituição;
- Alterar e remodelar a cozinha de modo a responder às novas necessidades e exigências,
 criando um espaço mais desafogado e com todos os equipamentos necessários;
- Alterar e remodelar a lavandaria, usufruindo de uma área maior e com mais luminosidade.

Outras Informações

Após o termo do período, não ocorreram factos relevantes que afetaram a situação económica e financeira expressa pelas Demostrações Financeiras, ou que necessitem de ser divulgados.

A Instituição não tem em mora qualquer dívida junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, nem ao Centro Regional da Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Considerações Finais

A Direção gostaria de expressar o seu agradecimento a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, colaboram na prossecução dos objetivos da Instituição, nomeadamente:

- Aos nossos utentes e familiares, pela confiança nos serviços prestados;
- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Instituição;
- Aos nossos parceiros;
- Aos nossos associados.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pela sua dedicação e empenho.

Serão incorporadas, neste documento as Demonstrações Financeiras com os respetivos Anexos, elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Vila Maior, 01 de Março de 2016

Direção



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Centro Social de Vila Maior

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2015

		DATA	de monetária (EUR)
RUBRICAS	NOTAS	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2.020.233,80	2.101.020,8
Propriedades de investimento	5	31.680,46	
Activos intangíveis	6	3.533,66	1.674,6
Investimentos financeiros	17.1	1.297,82	411,5
		2.056.745,74	2.103.107,1
Activo corrente			
Inventários	9	2.698,57	4.438,9
Clientes	17.3	6.385,38	3.620,4
Estado e outros entes públicos	17.9	2.610,17	666,1
Outras contas a receber	17.4	50.188,26	50.020,3
Diferimentos	17.5	22.109,18	4.870,9
Caixa e depósitos bancários	17.6	249.588,25	224.394,2
		333.579,81	288.011,0
Total do Activo		2.390.325,55	2.391.118,1
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Resultados transitados	17.7	1.500.425,72	1.511.382,6
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	631.982,80	681.070,3
Resultado líquido do período		30.615,88	(10.956,92
Total dos Fundos patrimoniais		2.163.024,40	2.181.496,0
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	137.595,33	146.287,7
		137.595,33	146.287,7
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	21.817,20	9.734,0
Estado e outros entes públicos	17.9	10.269,86	8.521,0
Diferimentos	17.5	57.488,84	44.860,6
Outras contas a pagar	17.10	129,92	218,6
		89.705,82	63.334,3
Total do Passivo		227.301,15	209.622,1

A Técnica Oficial de Contas

Centro Social de Vila Maior

Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária (EUR)

DEVENDATION F 0 40700		NOTAG	PERIO	DOS
RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	N	N-1
Vendas e serviços prestados	+	10	399.485,91	363.870,9
Subsidios, doacções e legados à exploração	+	10/12	369.297,32	412.054,74
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		9	124.640,74	109.399,94
Fornecimentos e serviços externos		17.11	129.843.91	110.508,94
Gastos com pessoal	8:	15	444.501,66	403.102.41
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	10	0,05	
Outros rendimentos e ganhos	+	10/17.12	124.959,81	54.727.05
Outros gastos e perdas	*	17.13	1.186,72	5.071,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		193.570,06	202.569,9
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5/6	156.722,00	202.843.4
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		36.848,06	(273,53
Juros e rendimentos similares obtidos	+	10/17.14	131,48	225,1
Juros e gastos similares suportados		17.14	6.363,66	10.908,50
Resultado antes de impostos	=		30.615,88	(10.956,92
Resultado liquido do período	=		30.615,88	(10.956,92

A Técnica Oficial de Contas

Monicplexandpoppes

Can Cadom Fisher

Centro Social de Vila Maior

Demonstração Individual dos fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2015

RUBRICAS	N	OTAS	PERIOD	os
		UIAS	N	N-1
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo	58		0.0000000000000000000000000000000000000	
Recebimentos de clientes e utentes	*	- 1	411.042,55	427.764,1
Pagamentos de apoios			-50,58	-75,0
Pagamentos a fornecedores	*		-257.515,27	-225.689,2
Pagamentos ao pessoal			-287.130,57	-283.175,8
Caixa gerada pelas operações	+/-		-133.653,87	-81.175,9
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	4	235.264,17	256.507,3
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	+/-		101.610,30	175.331,3
Tuxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:		- 1		
Activos fixos tangíveis	2		-56.004,28	-1.379,8
Activos intangíveis	9		-3.047,33	0,0
Recebimentos provenientes de:			(0)	
Ativos intangiveis	*		-2.487,12	-41.105,9
Juros e rendimentos similares	*		131,48	220,8
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	+/-		-61.407,25	-42.264,9
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		1		
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	in.	- 1	-14.969,66	-52.968,7
Juros e gastos similares	=		-39,38	-2.298,3
Outras operações de financiamento				(100.000,0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			-15.009,04	-155.267,1
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			25.194.01	(22.200,6
Efeito das diferenças de câmbio	+1-			(22.200,0
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	+/-		224.394.24	246.594.9
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	\ \	249.588 25	224.394.2

A Técnica Oficial de Contas

MonicAlexandoppques

Marie yours into

Tudym Fi ming



SOCIAL DE MA	Anexo às Demonstrações Financeiras Individu		The state of the s
1000	findo em 31 de	Dezembro de 2015	M
1	Identificação da Entidade	2	N
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	2	
3	Principais Políticas Contabilísticas	3	
3.1	Bases de Apresentação	3	
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	4	
3.3	Principais pressupostos relativos ao futuro	12	
3.4	Principais fontes de incertezas das estimativas	13	
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	13	
5	Activos Fixos Tangíveis	13	
6	Activos Intangíveis	15	
7	Locações	16	
8	Custos de Empréstimos Obtidos	16	
9	Inventários	16	
10	Rédito	16	
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	17	
12	Subsídios e outros apoios	17	
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	18	
14	Imposto sobre o Rendimento	18	
15	Beneficios dos empregados	18	
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19	
17	Outras Informações	19	
17.1	Investimentos Financeiros	19	
17.2	Associados	19	
17.3	Clientes e Utentes	20	
17.4	Outras contas a receber	20	
17.5	Diferimentos	20	
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	21	
17.7	Fundos Patrimoniais	21	
17.8	Fornecedores	21	
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	21	
17.10	Outras Contas a Pagar	22	
17.11	Fornecimentos e serviços externos	22	
17.12	Outros rendimentos e ganhos	23	
17.13	Outros gastos e perdas	23	
17.14	Resultados Financeiros	24	
17.15	Acontecimentos após data de Balanço	24	



V

1. Identificação da Entidade

O Centro Social de Vila Maior é uma Instituição Sem Fins Lucrativos, constituída sob a forma de associação, com estatutos publicados no Diário da República n.º 286, Série III, com sede na Rua do Centro Social, n.º 6, 3660 – 707 Vila Maior. Tem como atividade principal o exercício de ação social para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Objetivo principal: a promoção social;
- II. Objetivos secundários: a promoção desportiva, cultural e recreativa.

O seu âmbito de ação abrange toda a freguesia de Vila Maior e freguesias limítrofes, no concelho de S. Pedro do Sul.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março;
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) Portaria n.º 105/2011 de 14 de Marco;
- Código de Contas (CC) Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é de 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.





3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas rubricas de "Devedores e Credores por Acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível de apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.



3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.





O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Se aplicável, deve também incluir a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido, pelo método das quotas constantes tendo em conta o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

10 a 50 Anos
4 a 10 Anos
4 a 6 anos
3 a 7 anos
3 a 10 anos
1 a 10 anos

No caso de existirem indícios de alteração da vida útil ou da quantia residual de um activo, a depreciação desse activo é revista de forma prospectiva, de modo a reflectir as novas expectativas.



As mais ou menos valias provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não existem "Bens do património histórico e cultural" registados.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo. Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.



3.2.4. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de Investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade ténica, para operar de acordo com o pretendido, pelo método das quotas constantes tendo em conta o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Anos
3

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5. Investimentos Financeiros

Os "Investimentos Financeiros" estão devidamente descriminados na nota 17.1.





3.2.6. Inventários

Os "Inventários" são valorizados ao custo de aquisição.

3.2.7. Instrumentos financeiros

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras, ajudas similares procedentes de Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Outras Contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras Contas a Receber" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas, correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rúbricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente. No entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a 12 meses face à data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.



Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de

resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo

financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados

ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra

em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é

reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rúbrica de "Caixa e Depósitos Bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo

que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Os

descobertos bancários são expressos no balanço no "Passivo Corrente", na rubrica de

"Financiamentos Obtidos".

Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras Contas a Pagar" são contabilizadas pelo

seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rúbrica "Fundos Patrimoniais" é constituída pelos Resultados Transitados e Outras Variações

nos Fundos Patrimoniais.

9



Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros:
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados, e que devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Instituição reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Locações

Não existem "Locações" registadas.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as Tributações Autónomas. Nos termos do n.º 1 do Art. 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto, o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:



- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50 % do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao da Autoridade Tributária e Aduaneira, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do Art. 10.º encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do nº 5 do Art. 87º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no Art. 88.º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos, ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Entidade.





3.4. Principais fontes de incertezas das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

Não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o da continuidade, não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

4. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2014 foram nulos e os de 2015, foram os seguintes:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	23,86	0,00	23,86
Edifícios e Outras Construções	0,00	39.180,46	7.500,00	31.680,46
Total	0,00	39.204,32	7.500,00	31.704,32

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



and the second s								
Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
Activo bruto Saldo em 01 de Janeiro de 2014	29.719,35	552.565,36	73.341,77	127.579,81	17.900,90	19.873,91	1.792.999,82	2.613.980,92
Aumentos Alienações Revalorizações Transferências e Abates	0,00	1.737.881,64 0.00 0.00 0.00 0.00	101.694,58 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	12.962,59 0,00 0,00 0,00	8.335,62 0,00 0,00 0,00	0.00 0.00 0.00 0.00 -1.792.063,88	1.860.874,43 0,00 0,00 0,00 -1.792.063,88
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas Saldo em 01 de Janeiro de 2014 Reforços Reduções	0.00	165.769,62 114.606,00 0.00	63.298,13 68.103,01 0.00	116.329,81 3.750,00 0.00	15.329,78 7.563,23 0.00	19.873,91 7.147,10 0.00	0.00 0.00 0.00	380.601,25 201.169,34 0,00
Reduções Transferências e Abates Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00 0.00 0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2014	29.719.35	2.010.071.38	43.635.21	7.500.00	7.970.48	1.188.52	935.94	2.101.020.88
Activo bruto Saldo em 01 de Janeiro de 2015 Aumentos Alienações Revalorizações Transferências e Abates	29.719.35 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	2.290.447.00 34.971.00 0.00 0,00 0,00	175.036.35 33.253.27 0.00 0.00 0.00	127.579,81 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	30.863,49 4.415,10 0,00 0,00 0,00	28.209,53 791,04 0,00 0,00 0,00	935.94 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	2.682.791,47 73.430,41 0,00 0,00 0,00
Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas Saldo em 01 de Janeiro de 2015 Reforços Reduções Transferências e Abates Perdas por imparidade	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	280.375,62 116.354,55 0,00 0,00 0,00	131.401.14 25.615.12 0.00 0.00 0.00	120.079,81 3.750,00 0,00 0,00 0,00 0,00	22.893,01 6.374,67 0,00 0,00 0,00	27.021.01 1.187.21 0,00 0,00 0,00	0.00 0.00 935.94 0.00 0.00	581.770,59 153.281.55 935,94 0,00 0,00
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2015	29.719.35	1.928.687.83	51.273.36	3.750.00	6.010.91	792,35	0.00	2.020.233.80

2.020.233.80 14 April 14



Ativos Intangíveis

as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro: A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e 2015, mostrando

0,00	0,00	Perdas por imparidade
0,00	0,00	Transferências e Abates
0,00	0,00	Reduções
3.440,45	3.440,45	Reforços
3.348,30	3.348,30	Saldo em 01 de Janeiro de 2015
		Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas
0,00	0,00	Transferências e Abates
0,00	0,00	Revalorizações
0,00	0,00	Alienações
5.299,46	5.299,46	Aumentos
5.022,95	5.022,95	Saldo em 01 de Janeiro de 2015
		Activo bruto
1.674,65	1.674,65	Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2014
0,00	0,00	Perdas por imparidade
0,00	0,00	Transferências e Abates
0,00	0,00	Reduções
1.674,15	1.674,15	Reforços
1.674,15	1.674,15	Saldo em 01 de Janeiro de 2014
		Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas

At Children



7. Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à Locação Financeira.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A Entidade tem um empréstimo bancário contratualizado na Caixa de Crédito Agrícola de Lafões, sendo que o saldo em dívida a 31 de Dezembro de 2015 é de 137.595,33 €.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos desta rubrica eram assim representados:

Descrição	2015	2014
Saldo Inicial	4.438,96	2.464,01
Compras	122.900,35	111.920,69
Regularizações	0,00	0,00
Saldo Final	2.698,57	4.438,96
Custo das Mercadorias Vendidas	124.640,74	109.945,74

10. Rédito

Para os períodos de 2015 e de 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:





Descrição	2015	2014
Prestações de Serviços		
Quotas	1.380,00	1.546,00
Deslocações e Extras	3.898,44	4.505,94
Mensalidades	394.207,47	357.818,99
Subsídios, Doações e Legados à Exploração		
Segurança Social		
Serviço Apoio Domiciliário	162.962,92	160.536,57
Centro de Noite	31.051,47	34.654,15
Centro de Dia	14.759,95	13.225,79
ERPI	130.069,00	151.720,34
RSI	777,40	19.088,61
IEFP	29.676,58	32.829,28
Outras Entidades	0,00	0,00
Ganhos por aumentos justo valor	0,05	0,00
Outros rendimentos e ganhos	124.959,81	54.727,05
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	131,48	225,11
Total	893.874,57	830.877,83

Na rúbrica de Outros Rendimentos e Ganhos está incluído os valores de Restituição de Impostos (7.981,49€ em 2015 e 2.259,34€ em 2014,) de Donativos (52,95€ em 2014 e 47.572,83€ em 2014) e Imputação de subsídios para investimentos referentes ao PARES (80.768,00€ em 2014).

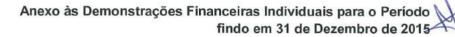
11. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

Não aplicável.

12. Subsídios e Outros Apoios

A 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios e Outros Apoios":





Descrição	2015	2014
Subsídios, Doações e Legados à Exploração		
Segurança Social Serviço Apoio Domiciliário	462,000,00	400 500 57
	162.962,92	160.536,57
Centro de Noite	31.051,47	34.654,15
Centro de Dia	14.759,95	13.225,79
ERPI	130.069,00	151.720,34
RSI	777,40	19.088,61
IEFP	29.676,58	32.829,28
Outras Entidades	0,00	0,00
Total	369.297,32	412.054.74

13. Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Não aplicável.

14. Imposto Sobre o Rendimento

Não aplicável.

15. Benefícios dos Empregados

Durante o ano de 2015 não houve alteração à composição e titularidade dos Corpos Gerentes do Centro Social de Vila Maior. Os Corpos Gerentes não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 42 e em 31/12/2014 foi de 38.

Os gastos que a Entidade incorreu com os colaboradores foram os seguintes:



	2015	2014
Remunerações do pessoal	347.236,74	319.500,70
Indemnizações	18.091,50	15.169,54
Encargos sobre remunerações	69.494,85	64.177,19
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4.458,41	3.596,98
Outros gastos com o pessoal	5.220,16	658,00
	444.501,66	403.102,41

16. Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

	2015	2014
Investimentos em Subsidiárias		
Método da Equivalência Patrimonial	7,48	7,48
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	1.290,34	404,09
	1.297,82	411,57

17.2. Associados

Não aplicável.



17.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014, a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes e Utentes	2015	2014
Clientes Gerais	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Centro de Dia	149,30	156,00
Centro de Noite	11,00	727,80
Serviço Apoio Domiciliário	0,00	157,09
ERPI	6.225,08	2.579,54
	6.385,38	3.620,43

17.4. Outras Contas a Receber

A rubrica "Outras Contas a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

	2015	2014
Outros Devedores	50.042,38	50.020,34
	50.042,38	50.020,34

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os montantes relevados na rubrica "Diferimentos" apresentavam a seguinte decomposição:

Diferimentos	2015	2014
Activo		
Seguros	3.662,28	2.895,19
Outros gastos a reconhecer	18.446,90	1.975,72
	22.109,18	4.870,91
Passivo		
Outros custos a reconhecer	57.488,84	44.860,66
	57.488,84	44.860,66



17.6. Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 os saldos desta rubrica eram assim constituídos:

2015	2014
3.717,67	472,09
245.870,58	246.122,83
0,00	0,00
249.588,25	246.594,92
	3.717,67 245.870,58 0,00

17.7. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	1.511.382,64	0,00	0,00	1.511.382,64
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	681.070,34	39.180,46	88.268,00	631.982,80
	2.057.748,05	321.477,13	0,00	2.057.748,05

17.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte decomposição:

Rubrica	2015	2014
Fornecedores conta corrente	21.817,20	9.734,02
Outros fornecedores	0,00	0,00
Saldo final	21.817,20	9.734,02

17.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica "Estado e outros entes públicos" está dividida da seguinte forma:



Rubricas	2015	2014
Trabalhos especializados	19.971,25	18.712,28
Honorários	4.754,72	4.634,72
Conservação e Reparação	14.437,07	12.704,99
Publicidade e Propaganda	163,83	159,90
Comissões	15,00	0,00
Outros	107,32	0,00
Materiais	7.647,93	3.140,00
Energia e Fluídos	59.430,36	54.954,52
Deslocações, estadas e transportes	112,56	383,20
Serviços diversos		
Comunicação	2.513,74	2.812,90
Seguros	4.698,86	2.029,13
Contencioso e notariado	396,75	286,70
Limpeza, higiene e conforto	15.165,49	10.442,37
Outros	429,03	248,23
Total Fornecimentos e Serviços Externos	129.843.91	110.508,94

17.12. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a decomposição dos outros rendimentos e ganhos foi a seguinte:

	2015	2014
Rendimentos Suplementares	2.050,59	2.420,08
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,25	26,67
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	160,00	880,00
Ganhos em Inventários	710,85	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos finaceiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	122.038,12	51.400,30
Total Outros Rendimentos e Ganhos	124.959,81	52.306,97

17.13. Outros Gastos e Perdas

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a decomposição dos outros gastos e perdas foi a seguinte:

	2015	2014
Impostos	499,73	153,42
Outros gastos e perdas	686,99	4.918,05
Total Outros Gastos e Perdas	1.186,72	5.071,47



Rubricas	2015	2014
Trabalhos especializados	19.971,25	18.712,28
Honorários	4.754,72	4.634,72
Conservação e Reparação	14.437,07	12.704,99
Publicidade e Propaganda	163,83	159,90
Comissões	15,00	0.00
Outros	107,32	0,00
Materiais	7.647,93	3.140,00
Energia e Fluídos	59.430,36	54.954,52
Deslocações, estadas e transportes	112,56	383,20
Serviços diversos		
Comunicação	2.513,74	2.812,90
Seguros	4.698,86	2.029,13
Contencioso e notariado	396,75	286,70
Limpeza, higiene e conforto	15.165,49	10.442,37
Outros	429,03	248,23
Total Fornecimentos e Serviços Externos	129.843,91	110.508,94

17.12. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a decomposição dos outros rendimentos e ganhos foi a seguinte:

	2014	2014
Rendimentos Suplementares	2.050,59	2.420,08
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,25	26,67
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	160,00	880,00
Ganhos em Inventários	710,85	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos finaceiros	0,00	0.00
Outros rendimentos e ganhos	122.038,12	51.400,30
Total Outros Rendimentos e Ganhos	124,959,81	52.306.97

17.13. Outros Gastos e Perdas

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a decomposição dos outros gastos e perdas foi a seguinte:

	2015	2014
Impostos	499,73	153,42
Outros gastos e perdas	686,99	4.918,05
Total Outros Gastos e Perdas	1.186,72	5.071,47



17.14. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 podem ser analisados como se segue:

	2015	2014
Juros obtidos	131,48	225,11
Total dos rendimentos e ganhos de financiamento	131,48	225,11
Juros suportados Outros gastos e perdas	6.223,23 140,43	10.141,77 766,73
Total dos gastos e perdas de financiamento	6.363,66	10.908,50
Resultados financeiros	-6.232,18	-10.683,39

17.15. Acontecimentos Após Data do Balanço

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direcção em 01 de Março de 2016.

Vila Maior, 01 de Março de 2016

A Técnica Oficial de Contas

onicalexandel

24